



TERRITÓRIO IANOMÂMI Ministério da Saúde anuncia que vai acelerar o recrutamento de profissionais para trabalhar na região. Medida vem um dia após a pasta declarar situação de emergência. Deputados acionam o MPF

Reforço médico em terra indígena

» TAINÁ ANDRADE

O Ministério da Saúde anunciou, ontem, a abertura de edital do Programa Mais Médicos para que os profissionais de saúde atuem de forma permanente nos postos de saúde da Terra Indígena Yanomami, em Roraima. A decisão foi tomada pela Sala de Situação, criada pela pasta na última sexta-feira (20) e coordenada pela Secretaria Especial de Saúde e Atenção Indígena (Sesai), para dar celeridade ao processo em função da crise sanitária que se estabeleceu entre o povo ianomâmi e do preenchimento total das vagas para os Distritos Sanitários Indígenas (Dsei), que têm 37 Polos Base.

“A Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS) está garantindo recursos para um edital em andamento, em que há 77 médicos alocados em Dsei. O Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami é um dos que mais carece de profissionais entre os territórios, com apenas 5% das vagas ocupadas”, explicou o secretário de Atenção Primária à Saúde, Nélio Fernandes, por meio de nota à imprensa.

A ideia é de que a prioridade seja para os profissionais brasileiros que se inscreverem. As vagas remanescentes vão para os nacionais formados no exterior e, por último, se ainda houver, poderão ser ocupadas pelos estrangeiros que vierem a se candidatar.

“Tínhamos um edital só para brasileiros. Só em seguida que faríamos um edital para brasileiros formados no exterior e, depois, para estrangeiros. Frente à necessidade de levarmos assistência à população dos distritos indígenas, especialmente aos ianomâmi, queremos fazer um edital em que todos se inscrevam de uma única vez”, explicou o secretário.

Força Nacional

O ministério também divulgou um formulário para voluntários que tenham interesse em fazer parte da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem enviado equipes para trabalhar nos atendimentos tanto em Boa Vista quanto em Surucucu, no município de Alto Alegre, ao Norte de Roraima. As áreas são diversas, sobretudo na saúde. Entre elas, estão enfermagem,

Condi-YY/Divulgação



Profissionais de saúde atendem crianças ianomâmi com alto nível de desnutrição: voluntários poderão trabalhar na região

Depoimento

Desumana realidade

“A situação de risco vivida ao longo das últimas décadas pelo povo Yanomami, em decorrência principalmente da ação do garimpo ilegal e suas terríveis consequências sobre a vida de uma população originária da floresta, chegou finalmente ao seu limite.

Depois de insistentemente denunciada por organizações nacionais e internacionais e repercutida pela mídia, a triste e desumana realidade do povo Yanomami é agora exibida ao mundo por meio de fotografias macabras, que lembram algumas das tragédias mais assustadoras da história da humanidade.

A nós, brasileiros, causa um sentimento misto de indignação e vergonha. A nós, pesquisadores do Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas da UnB, à repulsa soma-se a energia redobrada para fazer avançar ações imperativas contra tudo e todos que financiam e estimulam o genocídio dos povos originários do Brasil. Seja nos Yanomami, seja em outras áreas também ameaçadas. Se prova urgente a reparação de todos os

malefícios que têm afetado esse povo fisicamente, psicologicamente, social e culturalmente! Que os Yanomami possam recobrar a sua dignidade. Que todas as ações em prol de sua vida digna se multipliquem em defesa da existência de todos os povos de nossas florestas.”

Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, professora da UnB

nutrição, psicologia, biomedicina e assistência social.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que anunciou um pacote de ações

para tornar o governo federal mais presente na região, compartilhou a informação. “Ajude a compartilhar. O Brasil é o país da solidariedade e esperança”,

pediu Lula nas redes sociais.

A Força Nacional do SUS é um programa de cooperação voltado a “medidas de prevenção, assistência e repressão a

situações epidemiológicas, de desastres ou de desassistência à população quando for esgotada a capacidade de resposta do estado ou município.”

Representação contra Bolsonaro e Damares

Uma representação criminal foi apresentada, ontem, na Procuradoria-Geral da República (PGR) por deputados federais do PT. Os congressistas Reginaldo Lopes (MG), Zeca Dirceu (PR), Alencar Santana (SP) e Maria do Rosário (RS) acusam o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a ex-ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos e senadora eleita Damares Alves (Republicanos-DF) de genocídio contra o povo ianomâmi. O objetivo é responsabilizá-los em decorrência da situação emergencial que levou à crise na Terra Indígena (TI) Yanomami. A representação também inclui todos os ex-presidentes da Funai durante o governo Bolsonaro – no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2022. Eles concordam que os gestores são “diretamente responsáveis” pelas causas da tragédia que os ianomâmi estão vivenciando.

“A responsabilidade por essa tragédia é conhecida no Brasil e no mundo. Na verdade, além da omissão dolosa, o primeiro representado (Jair Bolsonaro) é diretamente responsável por autorizar, incentivar e proteger o garimpo ilegal nas terras indígenas ianomâmi e em várias regiões da Amazônia”, diz um trecho da ação.

Os parlamentares apontam que foram as posturas de Bolsonaro que contribuíram para o avanço do garimpo ilegal na região, principal responsável pelas mazelas dos povos indígenas que dividem espaço com a atividade. “Contaminação dos rios (mercúrio) e,

consequentemente, que resultou nos impactos na alimentação (pesca) e nas condições sanitárias (saúde) dos povos tradicionais que vivem e sobrevivem nas áreas onde não deveria haver garimpos, legais ou ilegais”, relacionam.

Defesa

Damares Alves se defendeu sobre as cobranças da sociedade civil a respeito da situação dos ianomâmi. Pelas redes sociais, ela informou que a sua luta para dar dignidade aos povos indígenas é um “trabalho de uma vida”. Propôs, sem dar detalhes, em vez de revanchismos, “um pacto por todas as crianças do Brasil, de todas as etnias.”

Segundo ela, o ministério fazia o trabalho de receber denúncias de violações de direitos dos indígenas e repassá-las às autoridades responsáveis. Porém, houve a execução de um plano que priorizou três áreas indígenas, sendo os ianomâmis uma das áreas.

Em 2021, a estratégia do Plano de Ação de Defesa das Garantias de Direitos das Crianças e Jovens Indígenas — que envolvia Mato Grosso (Xavante), Mato Grosso do Sul (Dourados-Guarani Kaiowá) e Roraima (Yanomami) — foi firmar uma parceria do ministério, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) para realizar estudos e pesquisas que apoiariam o governo federal. A intenção era garantir a melhoria dos atendimentos

Ed Alves/CB/D.A.Press



Damares afirma que o ministério esteve 'in loco' inúmeras vezes para levantar informações

às crianças e jovens indígenas em vulnerabilidade social. Uma portaria criou o grupo, mas ações executadas não foram informadas.

Damares afirma que o ministério esteve 'in loco' inúmeras vezes para levantar informações. Em janeiro de 2022, a ministra compareceu a encontro em

Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS) para falar sobre o plano. Segundo ela, as necessidades apontadas eram referentes ao enfrentamento às drogas, ao álcool, ao abuso sexual e ao acesso à educação. A área da saúde não foi diretamente mencionada e não há registro de visita a Roraima.

Já Bolsonaro utilizou um grupo no Telegram para soltar uma longa crítica à crise sanitária que os ianomâmis estão vivendo. Segundo o ex-presidente, durante seu governo foram realizadas 20 ações de saúde que levaram atenção especializada para dentro dos territórios indígenas. (TA)